

Publicado em GeoTexto – ano 2009-vol4 n. 1 – p.183-201

A ABORDAGEM AMBIENTAL

Questões para Reflexão

Arlete Moysés Rodriguesⁱ¹

Resumo – o texto apresenta reflexões sobre abordagens ambientais e como as matrizes discursivas oficiais ocultam o território, espaço, classes sociais e deslocam os conflitos da produção destrutiva, intensificada pelo meio técnico científico, para o planejamento do uso de recursos no século XX. Destaca aspectos da ocupação produtiva e da ocupação e produção destrutiva apontando o processo de domínio do território, das técnicas, do avanço do capital. Apresenta algumas idéias norteadoras para repensar os temas que envolvem a problemática ambiental destacando a necessidade de ultrapassar o pensamento único centralizador e simplificador para um pensamento complexo.

Palavras chaves: espaço, território, problemática ambiental, riquezas naturais, ocupação produtiva, produção destrutiva.

Abstract – ENVIRONMENT APPROACHS

This article introduce issues about the environmental approachs that hide territory, space, social classes, and move the conflicts of destructive production, to plann the use of resources in the 20st century. Detaches aspects of ocupation of the territory, of the tecnicis and the capitals move. Introduces ideas to rethink topics that involve the environment issues and the necessity to surpass the unique thought.

Keywords – space, territory, environmental issues, natural sources, production ocupation, destructive production.

¹ -Professora Livre Docente – UNICAMP- IFCH

I –IDÉIAS PROBLEMATIZADORAS

O texto tem o objetivo de trazer para o debate inquietações e reflexões sobre abordagens ambientais relacionadas com relação a produção / reprodução do espaço e relações societárias com a natureza. A idéia é contribuir para uma análise crítica do tema.

A perspectiva das ciências da sociedade, em especial a Geografia, tem como objetivo, de modo geral, buscar a compreensão do território, da produção do espaço, das relações sociais, das relações da sociedade com a natureza. Traçaremos, assim, alguns aspectos de perspectivas de análises.

Para demonstrar algumas das transformações do processo produtivo, da produção do espaço e as análises realizadas tomamos como referência inicial o que Jean Brunhes apresenta no livro “Geografia Humana“ (BRUNHES , 1962) sobre a ocupação produtiva e a ocupação / produção improdutiva. Para o autor a ocupação produtiva estaria relacionada principalmente com a agricultura utilizada para suprir necessidades básicas de alimentação, água, vestuário, ou seja, ligadas diretamente à reprodução da vida.

A ocupação produtiva implicaria numa relação orgânica com a natureza permitindo a recomposição, no tempo e no espaço, dos elementos da natureza. A relação orgânica pressupunha que a atividade agrícola devolvia á terra seus elementos constitutivos. A agricultura representava “a continuidade: um grão é substituído por outro grão, uma ovelha dá a luz mais ovelhas. O crescimento como ratificação e reafirmação do ser” (BAUMMAN, 2005:30).

A terra era uma riqueza natural, um valor, embora Brunhes não aponte a dimensão de valor e tinha como base a agricultura realizada em pequenas propriedades, com rotação de culturas e de terras, com uso de fertilizantes naturais. Não faz referência à monocultura de exportação que ocorria e ocorre em grandes propriedades agrícolas e nem articula seus pressupostos com a produção da vida de forma indireta (morada, deslocamentos, etc).

Já a ocupação/produção/ destrutiva estaria diretamente relacionada às atividades extrativas vegetal, animal e mineral, aos setores secundário e terciário (indústrias, comércio, serviços, uso do solo para edificações de todas as atividades). Destaca, Jean Brunhes, a exploração de minérios, de combustíveis fósseis, derrubada da cobertura vegetal, geração de energia, ocupação da terra para construções de indústrias, casas,

vilas, povoados, aldeias, cidades, vias de circulação (ferroviárias e rodoviárias, portuária e aeroportuária) e os meios de circulação, que retiram as riquezas da terra/solo, subsolo sem possibilidade de recomposição. Karl Marx já havia apontado que a produção destrutiva retira sem possibilidade de reposição: matérias primas, minérios, vegetação e utiliza terras para edificação de casas, estradas, fábricas, unidades comerciais e de serviços.²

David Harvey além de reafirmar e demonstrar o processo de produção destrutiva utiliza a expressão compressão do tempo espaço para mostrar a intensificação da produção destrutiva principalmente à partir da segunda metade do século XX (HARVEY, 1989). A ocupação e/ou produção destrutiva não permite, na sua essência, a recomposição dos elementos da natureza, gera restos, resíduos e poluição do ar, água e solo.

Sinteticamente podemos afirmar, que em tempos pretéritos e atualmente em espaços específicos, a ocupação / produção produtiva, devolve à terra os nutrientes que dela extraí. O valor da terra em sua complexidade é embutido pelas suas qualidades inerentes.

A ocupação / produção destrutiva torna-se dominante em atividades antes denominadas como ocupação produtiva em especial com a revolução agrícola, calcada no avanço da indústria química e na tecnologia, no uso intensivo de elementos químicos para “corrigir” o solo, aumentar a “produtividade”, combater “pragas agrícolas” e assim altera a possibilidade de recomposição dos sais minerais, água e demais nutrientes. A “revolução agrícola” promoveu o aumento de produtividade por um curto espaço de tempo mas logo depois mostrou que restringe a potencialidade para recuperação natural do solo e diminui progressivamente a produtividade agrícola.

A terra, no processo de expansão da produção destrutiva para todas as atividades parece perder o seu valor como riqueza natural. O valor, mediado pelo preço, passa a ser relacionado ao investimento de capital, ao uso de produtos químicos, pesticidas, máquinas e implementos agrícolas, ou seja, pelo meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1996) e produção para o mercado.

A riqueza natural “perde” valor nas contabilidades se a ela não for adicionada a complexa teia de produtos relacionados ao meio técnico e ao capital. Oculta-se a terra como riqueza, a importância do território e do espaço, o trabalho e os trabalhadores. O valor parece desaparecer e torna-se apenas valor de troca separado de sua base material.

² - Veja-se a respeito Rodrigues, 1988

A produção/ocupação destrutiva está presente em todos os setores de atividades com intensificação do uso da terra, da exploração da força de trabalho, exploração das riquezas existentes no território. A riqueza natural se transforma em recurso natural - (mercadoria) que parece existir apenas quando mediado pelo capital a quem se atribui a produção material e materializada no espaço, ou geografizada, como diz David Harvey (HARVEY, 2005).

A produção destrutiva refere-se tanto a ocupação do solo, de extração das riquezas, como a produção de resíduos. *“A mineração é o epítome da ruptura e da descontinuidade. O novo não pode nascer a menos que algo seja descartado, jogado fora ou destruído...”* (BAUMAN, 2005:31). Para dar uma idéia do processo de produção de “restos” lembramos que Michelangelo quando indagado como obtinha a bela harmonia de suas esculturas teria respondido: *“É simples. E só você pegar um bloco de mármore e cortar os pedaços supérfluos”*. (BAUMAN, *ibidem*). Evidentemente não se trata de colocar a obra de arte na mesma dimensão da produção destrutiva, mas ressaltar que o supérfluo na produção destrutiva, gera as sobras que não mais se incorporam ao lugar de onde foram retiradas.

A ocupação produtiva e produção destrutiva estão presentes nas relações da sociedade com a natureza mesmo nas chamadas sociedades tradicionais, porém o ritmo da ocupação destrutiva é alterado após a revolução industrial, avanço do capitalismo e da técnica e com mudança de atributos de valor de troca. Processo relacionado ao meio técnico que provoca a aceleração dos tempos de produção e de uso intensivo do espaço.

A compressão do tempo espaço imbrica-se às descobertas de processos existentes na natureza, com os chamados motores da história e suas poderosas máquinas que alteram radicalmente a configuração dos territórios, a produção do espaço e as formas de domínio e poder e as relações societárias. Aumenta a produção de ferros, vidros, trens, materiais elétricos, máquinas e implementos que implicam na extração de riquezas minerais, fósseis. Cada exploração de riqueza implica num processo de “esgotamento” e/ou “poluição” das riquezas naturais e na geração de supérfluos posteriormente transformados em mercadorias. (RODRIGUES, 1988).

O avanço da tecnologia altera a forma e conteúdo do espaço, do território e das relações societárias.³ Implantam-se novos meios de deslocamento como ferrovias, rodovias,

³ - As alterações societárias não são objeto de análise no texto.

definição de rotas no espaço aéreo e nas águas oceânicas, implantam-se estações ferroviárias, rodoviárias, hangares, aeroportos.

Mudam as formas de edificação de residências, comércios, indústrias, de vias de deslocamento, (avenidas, ruas, estradas). Desaparece o “escuro” nas áreas urbanas e em grande parte das rurais, alterando a dinâmica de edificação e de circulação. O predomínio da indústria automobilística e do automóvel individual imprime nova forma de circulação intra e inter urbana.

Os motores e suas poderosas máquinas implicam em alteração na apropriação das riquezas nos território com a manutenção do poder em frações de classes. Os estudos, em geral, não têm acompanhado as transformações que permitam compreender a complexidade do mundo onde há intensa valorização da técnica e desvalorização do trabalho e dos trabalhadores e compreender como a forma e o conteúdo do rural e o urbano são inseparáveis do espaço, do território, das relações societárias que neles se expressam .

A velocidade de deslocamento de pessoas e mercadorias redefine e rearticula a expansão do capital. As formas de lutas, combates, guerras também se modificam e podem ser feitas à “distância”. O mundo pode ser destruído rapidamente como demonstrado com as guerras, bombas atômicas e outras armas de contaminação e destruição.

O avanço das tecnologias altera a apropriação /propriedade de riquezas naturais, de formas de domínio da natureza, aumenta o ritmo de exploração, mudam as formas de edificações, de vias e meios de circulação. Intensifica-se a produção destrutiva e a produção de refugos. Há poucas pesquisas que permitem compreender como se dá a produção destrutiva em sua totalidade.

De modo geral somente quando os problemas de poluição, de esgotamento de elementos da natureza tornaram-se mais difundidos e que a produção destrutiva volta a ser objeto de estudos porém sem analisar correlação inequívoca da produção /destruição.

O avanço da técnica permite que o conhecimento das riquezas naturais e sua localização no território sejam ampliados pois são fundamentais para a reprodução ampliada do capital mas a importância do espaço, território, é ocultada exatamente pela importância que tem.

O aumento do conhecimento as riquezas naturais, transformadas em mercadorias – recursos naturais, o saber internacional sobre a dilapidação das riquezas naturais, sem

colocar em xeque o modo de produção, passam a ser explicados pelas novas matrizes discursivas

Quando os problemas atingem a esfera mundial é forjada uma nova forma de continuar com o “desenvolvimento” adicionando-lhe o adjetivo sustentável. A idéia de desenvolvimento sustentável retoma a idéia de que os problemas são ocasionados por desvios do modelo e que é possível corrigi-los com um planejamento que pode ocorrer, nos tratados internacionais, independentemente dos limites de Estados Nacionais. A Agenda internacional, a Agenda 21, aponta um modelo (sem molde) que deve ser implantado no século atual.

Nas idéias contidas no desenvolvimento sustentável os problemas de poluição, dilapidação de riquezas naturais, falta de moradia, de infra-estrutura, de equipamentos, meios de consumo coletivo, crises de energia, de transportes, entre outros atribuídos aos desvios de um planejamento, poderão ser corrigíveis no Século XXI desde que haja aplicação de recursos financeiros e tecnologia , proveniente dos países do centro do sistema.

Assim cria-se e/ou recria-se, uma cortina de fumaça sobre a dilapidação do ambiente, das contradições e conflitos de classes e de apropriação do território. No ideário são deslocados para conflitos de gerações (RODRIGUES, 2006). As mazelas devem ser corrigidas por todos, no século XXI, porque as riquezas naturais são um bem comum da humanidade. O que não se diz é que são apropriados privadamente.

Também fica oculto que o ritmo da exploração/produção tenha se intensificado com o avanço da técnica, do deslocamento da produção para a imagem da produção com o domínio do capital financeiro. Se oculta também o valor das riquezas naturais que para existirem terão que depender do capital e da técnica.

II – NOVAS MATRIZES DISCURSIVAS

As novas matrizes discursivas reproduzem o pensamento único sobre as relações da sociedade com a natureza. Saramago no romance “Ensaio sobre a Cegueira” permite visualizar como pensamento único simplificador joga uma cortina de fumaça sobre as relações sociais e as relações societárias com a natureza:

“Numa grande cidade as pessoas ficam súbita e inexplicavelmente cegas e contagiam praticamente todos. Os acontecimentos mostram as desventuras de uma sociedade que, acostumada ao pensamento único, a uma única forma de perceber o mundo, é de súbito levada a depender dos demais sentidos. Primeiro, o poder institucional, confina os cegos, com guardas armados a vigiá-los. Depois como quase todos ficam cegos, as disputas por sobreviver estão em todos os lugares”. (PARAXEDES, 2008)

A obra pode ser entendida como questionamento ao pensamento único que impede o pensamento complexo que significa do ponto de vista da ciência retomar a pluri-sensorialidade, interdisciplinaridade, considerar formas diversas de ver e entender o mundo, um saber que questiona a cegueira de um modo único de pensar.

O pensamento completo nos convida a “meditar sobre a complexidade paradoxal da ciência (...) ao mesmo tempo subjetiva e objetivante, distante e interior, estranha e íntima, periférica e central, epifenomenal e essencial” (MORIN, 1999) e buscar compreender como a complexidade se oculta na simplificação que não tem incertezas, caos, organizações, desorganizações.

O mundo é incerto e certo, organizado e caótico o que nos leva a refutar o pensamento único simplificador e tentar entender a complexa realidade que se impõe cotidianamente. Um desafio a construir para analisar a teia de relações societárias, de produção e reprodução do espaço.

A importância do “trabalho”, (homo faber) foi a ideologia dominante pelo menos até a metade do século XX, com a idéia de que o Estado moderno promoveria o desenvolvimento relacionado a industrialização e urbanização. Os estudos e pesquisas abordavam, entre outras questões, a delimitação de territórios, de espaços, de Estados nacionais, a produção e a sociedade, aspectos de contradições de classe. Estudos apontam também alterações que ocorriam com a passagem dos colonialismos aos imperialismos que demonstravam alterações na apropriação das riquezas⁴, mostrando que o espaço era fundamento do período colonial e que parece não importar no período do imperialismo. O trabalho aparecia como categoria fundamental para compreender o processo de produção.

O avanço da tecnologia coloca em destaque novas formas de conhecimento e apropriação do território, riquezas naturais, espaço e deixa-se de enfatizar a importância do território, das riquezas naturais, do trabalho, lançando eles espessa cortina de fumaça em

⁴ - Utilizamos colonialismos e, imperialismos pela diversidade com que se instalaram no mundo.

especial com as novas matrizes discursivas. Nos últimos 50 anos, mudam radicalmente a grafia da terra, as formas de produção do espaço, a apropriação do território e das riquezas naturais. As riquezas naturais são caracterizadas como importantes apenas quando relacionadas ao mercado e as contas.

Michel Serres, mostra que a domesticação das espécies, iniciada a milhares de anos imitava a natureza e a seleção natural e hoje, bifurca-se, com a “invenção” do gênio genético. Há ao mesmo tempo a reprodução natural (cada vez mais limitada), a imitação da natureza e a “indústria da vida”. Parecem ter as mesmas intenções mas as direções e as escalas são diferentes. (SERRES, 2003).

A biotecnologia parece alterar a relação com e entre os seres vivos. Fabricam-se espécies, criam-se vidas e ao mesmo tempo o uso da bomba atômica e suas variantes anunciam a possibilidade da morte global. Como compreender este processo de alteração da vida e da morte? Como analisar a produção destrutiva que atinge a humanidade?

A mudança de escala do local ao global altera-se rápida e completamente sem que haja novos paradigmas, instrumentais teóricos e analíticos para realizar análises coerentes. Do Homo Faber para o Homo Universalis e daí para o Homo Terminator, como compreender o processo? De problemas locais para os globais, camuflados pela ideologia, pelas idéias de sustentabilidade da produção e elementos da natureza serem chamados de “bem comum” (RODRIGUES, 2005).

Muda a aparência da sociedade, mas sua essência ainda está longe de ser compreendida. As análises sobre o território, o espaço, a natureza, as riquezas naturais, indicam que a sociedade, o ambiente pode ser o Homo Terminator mas ocultos pelas imagens de progresso, prosperidade.

Será que a cegueira, o domínio do pensamento único nos impede de compreender que a categoria espaço, território, natureza, ambiente, sociedade, relações sociais, apesar de sua importância ficam obscurecidos pelo ideário de desenvolvimento, de progresso, do avanço técnico?

A falta de compreensão de que há uma cortina de fumaça escondendo a importância do espaço, território, trabalho, classes sociais, tem influenciado cientistas, estudiosos, que passam a usar o termo meio-ambiente, ou ambiente, sem analisar, pelo menos em princípio, o significado, significância dos termos utilizados. A categoria trabalho e produção

industrial parecem desaparecer com a substituição aparente ou real do trabalhador por máquinas e das indústrias por serviços e as classes sociais substituídas por classes de renda e os conflitos de classes pelos conflitos de gerações. (RODRIGUES, 2006)

A intensificação do ritmo de exploração de homens e da natureza foi ainda pouco analisada embora, como já dito, a produção destrutiva seja conhecida desde tempos pretéritos e a revolução industrial e o avanço do modo de produção capitalista a aceleram intensamente.

O capital se preocupa com a possibilidade de esgotamento de alguns elementos da natureza. Poder-se-ia indagar se o esgotamento de riquezas naturais provocaria a derrocada do capital. Poderiam provocar, a meu ver, crises para alguns capitalistas, alterar o domínio e o poder de alguns setores do capital e de alguns países, mas não provocaria crise geral do capital, do capitalismo pois os problemas de “meio-ambiente” são produtos do sucesso do modo de produção capitalista, do avanço das tecnologias, e não de crises do capitalismo. A procura de maior rendimento, de produção de mais e mais mercadorias aceleram a produção destrutiva, a destruição da biodiversidade e da sociodiversidade. Mostram o sucesso do modo de produção e não o seu fracasso, ou seja, não há crises ou insucesso quando se trata da destruição de riquezas naturais.

Consideramos que para manter o sucesso do modo de produção capitalista, o domínio do poder e a hegemonia do pensamento dominante, provocaram-se vários deslocamentos de análises, de matrizes discursivas, de representações sobre progresso, desenvolvimento, criando imagens condizentes para permitir a perpetuação do sucesso do modo de produção.

As riquezas naturais, o ambiente, o meio ambiente, passam a ser considerados como “bem comum” da humanidade e as dilapidações, esgotamento de riquezas e dizem que são causados igualmente por todos. Os problemas de reprodução da força de trabalho, da reprodução dos homens e da apropriação privada das riquezas não são destacados por não serem importantes para a reprodução ampliada do capital que conta agora com alta tecnologia.

Retorna como o neomalthusianismo com a idéia de que muita gente tendo acesso aos poucos recursos provocaria a destruição do meio ambiente. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o Clube de Roma, apresenta a idéia de

crescimento zero como uma nova roupagem para as velhas questões de exploração, apropriação de territórios, do espaço. O poder e o sucesso do modo de produção deveria manter-se como estava, garantindo a continuidade da produção destrutiva.

Não há nas novas matrizes discursivas preocupação com a sociedade, território, riquezas naturais mas sim com os recursos naturais e a perpetuação do uso de riquezas por alguns. O centro da proposta é manutenção do poder e do domínio dos países do centro do sistema e de camadas de classe em vários países .

O mundo é tratado como se não houvesse fronteiras políticas dos Estados Nacionais⁵ . Não se pode esquecer, contudo, que além de atuar nos limites internos há delimitação de espaço aéreo, plataforma continental, águas territoriais e as normas de apropriação que passam a ser regidas pelo direito internacional, sempre desrespeitado.

Como tratar os países como se fossem independentes se a riqueza tem sido apropriada pelas potencias multinacionais transgredindo as delimitações dos Estados Nacionais com as patentes, em especial com as patentes intelectuais ?

As riquezas naturais, os ‘recursos’ podem ser patenteados independente do local onde se encontram. Um “papel”, o registro da patente, garante a “propriedade intelectual” aos que detêm as técnicas. Os bancos de germoplasma guardam o poder do conhecimento para o futuro. (RODRIGUES, 1988)

Guardar para o futuro, em especial para as gerações futuras, é tido como uma forma de garantir o meio ambiente - um bem comum da humanidade-. O Estado- Nação é subjugado pelas normas do capital financeiro, do neoliberalismo travestido de desenvolvimento sustentável.

A forma como se estabelecem as declarações internacionais ocultam diferenças, divergências, conflitos de apropriação do espaço, do território e principalmente os conflitos de classes. Embora não explicitado porque envolto numa cortina de fumaça têm-se como meta a permanência das formas de apropriação, exploração de riquezas por alguns países, por poucas pessoas.

Neste processo, de contínuo aumento da destruição, as riquezas naturais, como já dito, passam a ser recursos naturais. O valor dos elementos da natureza, da água, da terra,

⁵ - A natureza não tem fronteiras. (Rodrigues, 1988) mas estamos aqui nos referindo a Política internacional que considera as fronteiras políticas administrativas dos Estados-Nação.

das matas, do ambiente, do espaço, é completamente descartado. O que interessa é o preço de mercadorias, com predomínio do valor de troca, mas não o VALOR, sem preço. As riquezas tornadas recursos são tratadas como se fossem, no modo de produção dominante, um valor e um bem comum possível de ser apropriadas por todos. Como considerar bem comum as riquezas naturais se as mesmas apropriadas privadamente tendo como principal atributo o preço?

Mudam as matrizes discursivas e após a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, torna-se senso comum afirmar que os recursos naturais são bens comuns da humanidade e que a meta é utilizar os recursos naturais para garantir a vida das gerações presentes e futuras. O que se pretende é que as riquezas naturais sejam recursos que permitam o desenvolvimento sustentável para o capital.

A agenda assinada pela maior parte dos governos é denominada de Agenda 21. Seria possível se colocar contra o “bem comum” da humanidade? Seria provável não aceitar que no século 21 se atingiria o “desenvolvimento sustentável”?

Quem pode ser contra um século? O que seria ser contra um século? Como se poderia não considerar importante a vida das gerações futuras, mesmo que elas não estejam aqui para dizer o que querem? Neil Smith ⁶ aponta dificuldades para se contrapor aos discursos do ‘século americano’.

Consideramos também que é muito difícil se contrapor (ou mesmo explicitar) a idéia de que no século XXI se atingiria o desenvolvimento sustentável para as gerações presentes e futuras. Como pensar nas gerações futuras, se a geração presente não tem participação na apropriação das riquezas e, além disso, a geração futura seria a do século XXI? Em que lugar, em que território, em que espaço, em que paisagem, estará a geração futura? Esta é uma questão vital para que possamos debater o espaço, o território, e tentar compreender o mundo presente.

A alteração do discurso hegemônico dominante provoca deslocamentos discursivos que encobrem a perpetuação das formas de apropriação, propriedade das terras, dos meios de produção e demais riquezas.

Coloca-se a responsabilidade pela destruição como coletiva. Atribui-se aos pobres e a pobreza, ao crescimento populacional, a dilapidação das riquezas enquanto que a

⁶ - Smith Neil in Harvey David (2005).

tecnologia e o capital financeiro são erigidos ao patamar máximo como protetores do meio ambiente. Não aparecem nas novas matrizes discursivas, o espaço, o território exceto como suportes mas não como elementos constitutivos das possibilidades de exploração dos recursos. A sociedade é uma abstração, sem classes sociais, sem antagonismos, sem contradições e conflitos. Uma sociedade abstrata que deve zelar pelo “bem comum”.

A cortina de fumaça sobre a importância das riquezas naturais torna-se mais espessa. Os debates em relação aos problemas reais são deslocados com as idéias de um desenvolvimento sustentável. Os problemas são tidos como desvios do modelo e a correção dos desvios se daria com o desenvolvimento sustentável. A essência dos problemas, do significado de modelo econômico, ou o que seriam desvios não são sequer aventados.

A categoria tempo é retomada como fundamento dos discursos. Com o tempo seriam corrigidos os problemas, a falta de tecnologia e de recursos financeiros (RODRIGUES, 1998). O avanço tecnológico criaria sempre novas fontes de riqueza ao mesmo tempo propiciaria a correção dos desvios que teriam sido causados pelos países pobres, pelos pobres dos países pobres e pelos pobres dos países ricos. Altera-se a divisão territorial do trabalho cujo centro é estabelecido pelo poder financeiro e tecnológico.

Aceitam os pesquisadores, cientistas, estudiosos, os deslocamentos e as novas matrizes discursivas sem contestação? Do ponto de vista da epistemologia da geografia, aumenta o fosso entre as geografias física e humana e as diversas especializações em cada uma delas que impede, dificulta a compreensão da complexidade do processo.

Análises importantes são realizadas entre as quais a questão dos riscos, a ocupação de riscos, a produção destrutiva, a dilapidação de recursos, os micro-climas, as mudanças climáticas globais, a morfologia do relevo, a necessidade e a poluição de águas, as características da ocupação e reprodução do espaço rural e do espaço urbano, a configuração das cidades, a diversidade espacial, a desigualdade socioespacial, a ausência de condições mínimas de vida para a maioria, as alterações produtivas e de relações de trabalho, as transformações no mundo do trabalho, a concentração de terras rurais, as metrópoles, as alterações nos deslocamentos migratórios, o avanço das tecnologias, a falta de moradia, de saneamento, de equipamentos coletivos, alterações da produção e serviços.

Porém a complexidade das relações da sociedade com a natureza, não têm grande projeção nos estudos e pesquisas. Admite-se ou adota-se a matriz discursiva do “desenvolvimento sustentável” como se observa no uso das novas terminologias “gestão de bacia hidrográfica”, “gestão de riscos”, “educação ambiental”, “coleta seletiva”, “agenda 21 local” entre várias outras. (RORIGUES, 2005a)

A manutenção do poder e do domínio econômico, político e financeiro, expressa na exploração do petróleo, carvão de pedra, madeiras, água entre outras riquezas, promove conflitos e guerras pautadas na ideologia ocidental desenvolvimentista, na suposta igualdade da Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Tratados Internacionais. Mas o poder real de nações e de corporações multinacionais sequer é ventilado.

III CONSIDERAÇÕES GERAIS

O avanço da técnica provoca rupturas de formas de produção, relações sociais, das relações entre sociedade e natureza e de formas de exploração dos territórios. As rupturas, fissuras, também aparecem nas relações societárias. O avanço da indústria química, a biotecnologia altera a produção de sementes tornando cativos da tecnologia os trabalhadores rurais e seu conhecimento milenar sobre a produção.

Os Estados Nacionais parecem ter o domínio sobre o seu território, mas a apropriação das riquezas é dada pela técnica, pelas patentes industriais, intelectuais e corporações multinacionais. O Presidente da Comissão Francesa de Investigação e Experimentação Biomolecular, constatou que antes de 1996, epidemia da Vaca Louca, havia poucas notícias sobre a biotecnologia. Ou seja, as pesquisas engajadas na mudança de processo realizadas nos laboratórios só aparecem quando se descobrem problemas reais. Da surdina dos laboratórios para o domínio da reprodução da vida que só é conhecida quando problemas reais são provocados e não podem mais ser ocultados.

O debate sobre as transformações obtidas, contudo, não é considerado para corrigir problemas e obter-se o desenvolvimento sustentável. São tidos sempre como avanços e não causadores de problemas de insustentabilidade. Não são considerados desvios do modelo pois representam o sucesso do modo de produção.

As lutas, contradições, conflitos em relação às riquezas naturais, ao espaço, ao território passam para os laboratórios. A escala do debate sobre o ambiente passa por rupturas que não têm sido analisadas com profundidade. É possível compreender o processo na escala laboratorial?

A produção destrutiva embora cada vez mais evidente não parece ser o tema predominante nos estudos sobre relações da sociedade com a natureza. Os cientistas sociais e em especial os geógrafos, em grande parte, parecem temer colocar em causa as transformações da sociedade com a natureza. Penso que o temor está relacionado ao fato de que o espaço, o território é mais importante do que as ciências que os estudam e por isso mesmo são colocados como secundários. (RODRIGUES, 2005a)

A ideologia dominante desloca a importância para questões abstratas e com problemas que serão resolvidos ao longo do tempo. Epistemologicamente parece nos levar a centralizar as questões teóricas metodológicas em aspectos parciais das relações da sociedade com a natureza.

Desenvolvimento sustentável passou a ser uma mágica para resolução de problemas que serão resolvíveis no futuro. O termo encobre a complexidade das formas de apropriação, propriedade, oculta, ainda mais, quem detém o poder, quem detém o avanço tecnológico. Não há como compreender nas premissas o processo de produção do espaço, do território, as classes sociais e a complexidade nas transformações. A sociedade é uma abstração nos documentos oficiais, projetos, programas, pesquisas que utiliza o termo desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável tornou-se também palavra mágica para falar de soluções de problemas considerados como desvios de um modelo que se perpetua no sucesso do modo de produção.

Nos documentos oficiais e nas agendas o termo natureza, ambiente, (que implicam em compreender a sociedade no processo), passou para meio ambiente que diz respeito principalmente ao meio externo à sociedade, embora pudesse, na sua origem referir-se, a totalidade do meio físico e social.⁷

A problemática social e ambiental é real, expande-se com a compressão do tempo/espaço. Os problemas ambientais são reais como se observa no esgotamento das

⁷ - O meio ambiente entendido como externo é visível quando se analisa por exemplo, os EIA-RIMAS e as propostas de mitigação de efeitos dos empreendimentos ao meio físico. Não há idéias de compensação por perdas causadas aos indivíduos.

terras férteis, no domínio da biotecnologia, na poluição do ar, da água, do solo, no aumento de doenças relacionadas à diversas formas de poluição e contaminação.

A segregação espacial mostra que são os mais pobres que vivem em lugares mais contaminados. Os documentos oficiais traduzem “problemas”, mas não mostram as contradições, os conflitos, as classes sociais, a organização territorial e espacial. Para problemas aparentemente haveria a solução do desenvolvimento sustentável.

A natureza humana tem como atributo fundamental a capacidade de pensar. Mas a capacidade humana de pensar tem sido “reduzida” a treinamento de recursos humanos necessários para a reprodução ampliada do capital. Os trabalhadores, a força de trabalho tornou-se também “recursos” abstraindo-se as relações de trabalho e enfatizando o “treinamento”.

O progresso é atribuído aos detentores de capital, que criam empregos e recebem os “bons frutos” do progresso. A maioria recebe os “frutos podres” e não têm acesso ao novo tipo de padrão de vida. Porém as novas matrizes discursivas colocam-nos como os maiores responsáveis pela poluição, depredação das riquezas naturais. Epistemologicamente temos que compreender esta e outras questões para não cair no engodo e esquecer a importância do ambiente, espaço, território, contradições e conflitos, apropriação e propriedade das riquezas, classes sociais.

Como diz Baudrillard: *“novos medos, novos temores, recriam, várias pequenas lendas, religiosas, étnicas, políticas ou a grande e falsa lenda planetária da informação, do mundo conhecido, das técnicas e de seus usos futuros”*. (BAUDRILLARD, 2005p.3)

Entre as novas lendas está o Desenvolvimento Sustentável instituído como premissa, matriz discursiva, conceito, solução para o século XXI. Uma lenda, um mito, uma ideia para o futuro um pensamento único e uma meta a ser atingida, no futuro, ou seja no século XXI. Não se explicita para quem haverá futuro. Como o espaço, ao território, e classes sociais são abstrações faz com que a expressão mais utilizada seja a de ‘todos’ devem contribuir para o futuro da humanidade e para as gerações futuras.

É preciso analisar a realidade, as concepções teóricas e metodológicas sobre espaço, território, ambiente, riquezas naturais, diferentes formas de apropriação lembrando que dinâmica da natureza, do ambiente, não obedece a fronteiras administrativas e nem aos limites de tempo e espaço dos laboratórios. O desafio para compreender a complexidade é

iniciar a análise sem as amarras do pensamento único de modo a não limitar ainda mais o desenvolvimento do principal atributo do homem, ou seja, a capacidade de pensar.

Os deslocamentos discursivos impedem que se compreenda que os conflitos de classe passaram, na agenda política internacional, para os conflitos de gerações, que se analise a importância do território para a reprodução ampliada do capital. Dificulta a análise do espaço, da produção do espaço, do poder dos detentores do conhecimento, da tecnologia na apropriação das riquezas naturais⁸.

A agenda política passa a ser construída tendo como referencial o neoliberalismo com a meta atingir o desenvolvimento sustentável. São os Estados que assinam a Agenda 21, no entanto, são as corporações multinacionais que detêm o poder da tecnologia. Os Estados são responsáveis pela implementação, porém para o neoliberalismo o Estado tem que ser “mínimo”. São formas de ocultar a realidade.

A mercadificação da paisagem, do ambiente, a financeirização está nos laboratórios de empresas multinacionais e nos papéis que garantem a posse/ propriedade das mercadorias no território- a propriedade intelectual.

A financeirização da economia retirou o lastro da produção e também a possibilidade de incorporar o ambiente, desterritorializando o território ao mesmo tempo em que o tema meio-ambiente é incorporado na agenda política.

O deslocamento discursivo de ambiente para meio ambiente, de desenvolvimento para desenvolvimento sustentável, de matérias primas e energia para “recursos naturais” a força de trabalho para “recursos humanos”, ocultam a existência das classes sociais e a importância do território, desloca conflitos de classes para o um suposto conflito de gerações, os conflitos de apropriação dos territórios para a ‘natureza, ambiente’, o bem comum da humanidade.

Se a tecnologia acelerou a degradação do ambiente como esperar que esta mesma tecnologia promova a sustentação do modo de produção? Se as formas de produzir comprometem a reprodução da vida presente então como acreditar que sua continuidade resolverá os problemas para as gerações futuras?

⁸ - Há também os oportunistas que buscam conseguir recursos para implantar projetos, programas, empregos, trabalhos, etc. Porém, o que nos preocupa é a forma como se ocultam as contradições e os conflitos.

O desenvolvimento como progresso produz sempre novas mercadorias, consome força de trabalho, matérias primas, energia, compromete o ambiente, dilapida os elementos da natureza, provoca poluição, altera o uso do solo, insere o mundo no fetiche das contas, com a tentativa de ocultar o espaço e diminuir a importância dos que analisam o espaço.⁹ Para mostrar a importância do espaço, a importância da geografia é necessário compreender a complexidade do mundo atual que não é uma tarefa fácil.

Segundo Amartya Sen (SEN, 2000) há diversos condicionantes para pensar este desenvolvimento como liberdade: acesso à saúde, educação, ao lazer, à cultura, à informação, ao conhecimento. Significa a remoção das fontes de privação: remover a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de vestir-se, de morar. Pensar o desenvolvimento como liberdade significa a remoção das fontes de privação e implica, necessariamente, na retomada da importância do espaço, do território. Remete à de sociedade sustentável proposta pelas ONGs e movimentos sociais em 1992. Pensar não ocupa espaço, não polui a natureza, utiliza energia dos alimentos, etc. mas não necessariamente com tantas máquinas, motores e mercadorias. Sem pensar não há liberdade.

Os desafios de compreender como se torna senso comum falar em desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, na garantia de vida das gerações futuras, na biosfera como bem comum só poderão ser transpostos se forem debatidas questões fundamentais do mundo contemporâneo tentando retirar a cortina de fumaça que dificulta compreender as contradições e os conflitos que permeiam a produção, reprodução e consumo do espaço e das formas de organização societária.

Bibliografia citada

- BAUDRILLARD, Jean – 2005 – **O apocalipse da Razão** – Folha de São Paulo – 27/02/05- Caderno Mais – São Paulo.
BAUMMAN, Zygmund -2005 – **Vidas Desperdiçadas** – Jorge Zahar Editores
BRUNHES, Jean – 1962- **A Geografia Humana** - Editora Fundo de Cultura- Rio de Janeiro

⁹ - A geografia ficou “subalterna” das ciências dominantes. Além da divisão social e territorial do trabalho é importante também considerar a divisão técnica do trabalho entre as diferentes categorias profissionais. A problemática ambiental mostra a importância da Geografia e cabe aos geógrafos não se intimidar pelas tentativas discursivas e não aceitar a subalternidade.

- HARVEY, David 2005 – **A produção Capitalista do Espaço** - Anablume Editora- São Paulo
- 1989 -**A condição Pós Moderna** – Edições Loyola
- MORIN, Edgar – 1996 – **Ciência com Consciência** – Bertrand Brasil – Rio de Janeiro
- PRAXEDES, Walter – Ensaio sobre a Cegueira: A cegueira como metáfora no livro de José Saramago- Revista Espaço Acadêmico n.88 p.1-8, setembro 2008. <http://www.espaçoacademico.com.br/099/88praxedes> acesso em outubro de 2008.
- RODRIGUES, Arlete Moysés – 1998 – **Produção e Consumo do e no Espaço – A problemática ambiental Urbana** – 2006 - www.mec.domínio.gov.br
- 2006 - **Desenvolvimento Sustentável: dos Conflitos de Classes para o conflito de gerações** – in Silva, José B; Lima, Luiz C; e Dantas, Eustógio – Panorama da Geografia Brasileira 2 –Anablume
- 2005 – **Problemática Ambiental – Agenda Política, Espaço, Território, Classes Sociais** – In BPG- número 83 – AGB- SP- SP
- 2005 A – **Setenta anos de AGB – As transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI- Ocultação do espaço e geografia** –Revista Geosp n. 18 pp.21 – São Paulo –São Paulo.
- SANTOS, Milton – 1996 – **A Natureza do Espaço Técnica e Tempo . Razão e Emoção** – Editora Hucitec – SP
- SEN, Amartya - 2000 – **Desenvolvimento como Liberdade** – Cia das Letras- SP
- SERRES, Michel – 2003 – **Hominescências – O Começo de uma outra Humanidade** – Bertrand Brasil

ⁱ -- Texto publicado originalmente em Textos Didáticos n.63- p.13-22, 2008 , com o título Abordagens Ambientais- Questões para reflexão.